

ESTUDOS DO I. S. C. A. A.  
PUBLICAÇÃO ANUAL

ANO III — 1983

Número: 2-3



INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E  
ADMINISTRAÇÃO DE AVEIRO

Rua João Mendonça, 17-2.º — 3800 AVEIRO

# Desenvolvimento Regional e Migrações Humanas

*Virgínia M. Granate Costa e Sousa \**

## 1. DISPARIDADES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PORTUGAL

### 1.1. UMA PANORÂMICA GERAL

Portugal não se apresenta com um desenvolvimento idêntico nas diversas regiões e distritos.

Os distritos do interior mostram--nos índices que revelam, de uma forma geral, um grau insuficiente de satisfação das necessidades básicas da sua população. Vejamos o quadro n.º 1.

Numa análise exclusiva do continente português podemos concluir:

a) Apenas Lisboa, Porto, Setúbal e Aveiro apresentam taxas de analfabetismo inferiores a 25,8 (total do país).

b) São os distritos do interior aqueles que mostram as maiores taxas de analfabetismo: Beja, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Guarda.

Considera-se que o analfabetismo impede a satisfação de uma necessidade fundamental para todo o ser humano — conhecer o mundo em todas as suas dimensões de forma a poder intervir activamente, pelo menos no espaço sócio-económico que habita.

Outro índice, o consumo médio de energia eléctrica por habitante traça-nos o mapa dos níveis da qualidade de vida e do grau de industrialização do espaço nacional.

Os distritos de Beja, Vila Real e Bragança aparecem-nos com um consumo inferior a 160 Kwh/habitante residente em 1974. Os distritos de Faro, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Guarda e Viana do Castelo com um consumo entre 160 e 400 kwh/h também se situam numa posição muito desfavorável relativamente aos grandes distritos do litoral, estes com um consumo superior a 1 100 kwh/h (1).

A mancha escura alastra pelo interior com penetrações litorais nos distritos de Viana do Castelo e Faro.

---

\* Assistente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

## QUADRO I

## TAXA DE ANALFABETISMO — 1970

DISTRITOS	%
Beja	40,6
Braga	25,9
Bragança	33,5
Castelo Branco	38,0
Coimbra	28,4
Évora	35,0
Faro	34,2
Guarda	34,1
Leiria	30,5
Portalegre	38,5
Santarém	30,7
Viana do Castelo	28,7
Vila Real	31,5
Viseu	30,7
Ponta Delgada	27,8
Funchal	33,2
Total do País	25,8
Aveiro	20,8
Lisboa	16,5
Porto	19,0
Setúbal	24,9
Angra do Heroísmo	22,3
Horta	17,9

*Fonte:* Portugal em Mapas e Números, Livros Horizonte.

A mortalidade infantil, índice privilegiado das condições de higiene e do nível social e económico em geral, mais uma vez nos transporta pela linguagem dos números às zonas mais degradadas do interior: Vila Real, Bragança, Braga, Beja, Évora e Guarda (veja-se quadro n.º 2).

Se atendermos ao número de médicos por habitante, factor indispensável à satisfação de uma das necessidades básicas da população, e por outro lado expressão das condições de vida da região, pois o exercício da profissão médica não se compatibiliza com baixos níveis de desenvolvimento, o país continua bipartido (veja-se quadro 3).

Com excepção de Coimbra, Lisboa e Porto todos os outros distritos têm carências, mas na cauda aparecem de novo: Viana do Castelo e Vila Real; Viseu, Braga, Beja, Castelo Branco e Guarda.

O enfoque da distribuição da população por sectores revela uma coincidência territorial das zonas desfavorecidas e da prevalência do sector primário (ver gráfico 1).

Por outro lado, os distritos mais produtivos são naturalmente aqueles que mais possibilidades têm de satisfazer as necessidades fundamentais da sua população. Assim, são os distritos que já vimos estar em pior situação na satisfação dessas necessidades, que figuram na cauda da sua contribuição para o produto interno bruto por activo: Beja, Castelo Branco, Guarda, Bragança, Faro, Vila Real e Viana (quadro 4).

A coincidência entre os distritos que mais se dedicam às actividades primárias e aqueles que apresentam os valores mais baixos do P.I.B. por activo tem a sua explicação nas más condições estruturais do nosso sector primário.

Apesar dos índices utilizados não serem completos — mais uma vez enfrentamos a barreira estatística — parece poder-se concluir que:

O país aparece dividido em dois: as zonas interiores, menos industrializadas e com baixos índices de desenvolvimento; as zonas do litoral, polos de atracção das grandes indústrias, com um grau de desenvolvimento muito superior, embora, mesmo aqui, possamos encontrar assimetrias de crescimento.

## 1.2. A Região Centro

Esta região não escapa a um processo de desenvolvimento eivado de distorções.

A mortalidade infantil é especialmente elevada em Ovar, Murtosa, Estarreja, Pampilhosa, Tábua, Castanheira da Pera, Seia, Fornos de Algodres, Meda, Penalva do Castelo, Sátão e Vila Nova de Paiva (quadro 5).

A distribuição do número de habitantes por médico não deixa de favorecer as grandes cidades da região como Aveiro (605 h/médico), Coimbra (58 h/médico), Leiria (1 192 h/médico), Figueira (1 441 h/médico) e Viseu (873 h/médico) em prejuízo das zonas limítrofes do interior

QUADRO II

MORTALIDADE INFANTIL — 1974

DISTRITOS	‰
Aveiro	37,77
Beja	43,39
Braga	48,24
Bragança	60,45
Évora	44,50
Guarda	44,30
Portalegre	41,84
Porto	42,32
Vila Real	64,97
Viseu	41,20
CONTINENTE	37,45
Castelo Branco	35,49
Coimbra	30,10
Faro	31,46
Leiria	23,69
Lisboa	31,59
Santarém	26,06
Setúbal	19,34

*Fonte:* Portugal em Mapas e Números, Livros Horizonte.

## QUADRO III

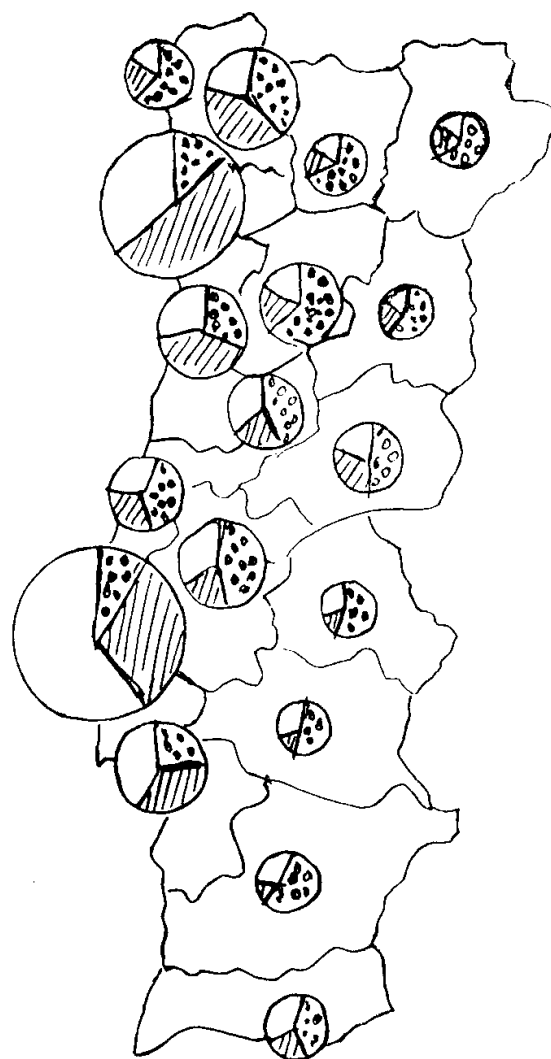
## MÉDICOS POR 10 000 HABITANTES E POR DISTRITO (1973)

DISTRITOS	Médicos por 10 000 h.
Aveiro	6,1
Beja	4,0
Braga	4,1
Bragança	4,5
Castelo Branco	4,3
Évora	4,8
Faro	4,7
Guarda	4,3
Leiria	4,4
Portalegre	5,6
Santarém	4,6
Setúbal	4,6
Viana do Castelo	3,3
Vila Real	3,2
Viseu	4,0
CONTINENTE	11
Coimbra	21,2
Lisboa	24,4
Porto	15,2

*Fonte.* Portugal em Mapas e Números, Livros Horizonte.

GRÁFICO I

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA — 1970



Sectores:

Primário	
Secundário	
Terciário	

*Fonte:* Portugal em Mapas e números, Livros Horizonte.

## QUADRO IV

## PRODUTO INTERNO BRUTO (ORDENAÇÃO) — 1970

COM BASE NA CAPITAÇÃO POR ACTIVO	
Setúbal	1,51
Lisboa	1,26
Aveiro	1,15
Coimbra	1,12
Leiria	1,03
CONTINENTE *	1
Porto	0,97
Santarém	0,96
Viseu	0,90
Portalegre	0,87
Évora	0,84
Braga	0,78
Beja	0,77
Castelo Branco	0,71
Guarda	0,65
Bragança	0,63
Faro	0,60
Vila Real	0,57
Viana do Castelo	0,45

\* Considerando o valor do Continente igual a 1.

Fonte: Estudos, n.º 6, Banco do Fomento Nacional.



QUADRO V

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL — 1970

(‰)

Aveiro	53,4	Lousã	15,3
Estarreja	78,9	Miranda do Corvo	25,8
Ilhavo	57,3	Penela	37,7
Murtosa	84,7	Poiares	25,0
Ovar	98,1	<i>Total do Agrupamento</i>	23,3
Vagos	41,3	Leiria	25,4
<i>Total do Agrupamento</i>	69,5	Batalha	38,2
Águeda	46,1	Marinha Grande	30,3
Anadia	37,9	Porto de Mós	44,8
Albergaria-a-Velha	57,0	Pombal	46,0
Oliveira do Bairro	40,3	<i>Total do Agrupamento</i>	33,6
Sever do Vouga	36,1	Fig. Vinhos	46,8
<i>Total do Agrupamento</i>	44,4	Ansião	3,7
Covilhã	57,2	Alvaiázere	15,7
Belmonte	14,9	Castanheira de Pena	102,5
Fundão	26,9	Pedrogão Grande	46,8
<i>Total do Agrupamento</i>	45,4	<i>Total do Agrupamento</i>	31,1
Arganil	58,2	Guarda	54,0
Góis	29,4	Manteigas	44,9
Pampilhosa	70,8	Sabugal	63,2
Tábua	72,1	<i>Total do Agrupamento</i>	55,9
<i>Total do Agrupamento</i>	60,6	Pinhel	71,1
Coimbra	48,8	Ameida	61,3
Condeixa	28,5	Fig. Cast. Rodrigo	55,5
Cantanhede	20,6	<i>Total do Agrupamento</i>	64,3
Mealhada	21,8	Seia	70,9
Penacova	22,8	Gouveia	52,4
<i>Total do Agrupamento</i>	37,9	Oliv. Hospital	27,1
Figueira da Foz	39,5	Fornos Algodres	115,0
Mira	27,6	<i>Total do Agrupamento</i>	57,8
Montemor-o-Velho	10,0	Trancoso	60,6
Soure	25,8	Celorico da Beira	41,4
<i>Total do Agrupamento</i>	29,2	Aguiar da Beira	57,1
		Meda	83,3
		<i>Total do Agrupamento</i>	59,6

# TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL — 1970

(‰)

Viseu	54,1
Nelas	69,2
Mangualde	34,5
Penalva Castelo	86,5
Castro Daire	37,5
Sátão	76,4
Vila Nova de Paiva	94,9
<i>Total do Agrupamento</i>	56,2
S. Pedro do Sul	44,5
Oliveira de Frades	54,0
Vouzela	33,7
<i>Total do Agrupamento</i>	43,5
Santa Comba Dão	25,2
Carregal do Sal	57,4
Tondela	49,8
Mortágua	27,7
<i>Total do Agrupamento</i>	44,0
<i>Região Centro</i>	47,4
<i>Continente</i>	56,8

*Fonte:* Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento, Comissão de Coordenação da Região Centro.

como Pampilhosa da Serra (8 707 h/médico), Tábua (6 546 h/médico), Aguiar da Beira (8 150 h/méd.), Penalva do Castelo (10 982 h/méd.) (2).

A geografia da repartição da população activa revela-nos que 44,3% da população activa da região se dedica ao sector primário, especialmente à agricultura; 28,7% está afectada ao sector secundário; 27,0% distribui-se pelas diferentes actividades do sector terciário.

A maior concentração de activos no secundário faz-se no litoral, especialmente nos concelhos de Aveiro, Águeda, Ovar, Leiria e Marinha Grande, que se constituem em polos de atracção.

No interior predomina o sector primário (54,3%). Constituem excepção os concelhos que por tradição têm estado ligados à indústria têxtil como Covilhã, Seia, Manteigas, apresentando dessa forma um maior número de activos no sector secundário.

No sector terciário destaca-se Coimbra (com 53,8% dos seus activos) e Figueira, devido ao seu importante papel no turismo nacional.

Na região Centro, como no país, a tendência mantém-se: as regiões mais desfavorecidas são as do interior, especialmente aquelas que se encontram ligadas ao sector primário; as outras, as do litoral, constituem-se em polos de fixação das indústrias e das melhores condições de vida.

## 2. AS MIGRAÇÕES INTERNAS

*«Torrentes humanas abandonam os campos, aos quais estavam tradicionalmente jungidos, e dirigem-se ou para as cidades em vias de industrialização, ou para terras transoceânicas longínquas (...) no afã de uma vida nova, que se imagina coroada de enriquecimento breve».*

Joel Serrão, A Emigração Portuguesa,  
Livros Horizonte

### 2.1. Fundamentos

O crescimento é normalmente acompanhado por um êxodo rural para os grandes polos de desenvolvimento industrial, para os grandes centros urbanos. O seu poder de atracção é reforçado pelo aumento de funções públicas e do número de empregos no terciário.

Por trás dos movimentos migratórios podemos distinguir forças de atracção e de ruptura. (3)

A industrialização, a extensão do sector terciário, exercem uma atracção cada vez maior sobre a população rural, sujeita a situações de subemprego ou desemprego.

Por outro lado, as forças de ruptura e de atracção acumulam-se e amplificam-se por acção dos «mass média». (4)

As diferenças de rendimento campo-cidade motivam os camponeses mais tritutados ou mais ousados, a caminhar em direcção à cidade na esperança de um melhor nível de vida. Este fenómeno, se bem que tenha contribuído para o crescimento das grandes cidades, tem provocado problemas de urbanização e emprego bastante complexos e quase insolúveis.

As grandes diferenças de rendimento existentes entre as regiões e mesmo entre sectores, são forças dinâmicas importantes a justificar as migrações humanas. Mas essas disparidades têm fundamento?

Elas resultam, entre outros factores, da qualificação da mão de obra, da implantação geográfica dos sectores, da natureza da actividade económica e da dimensão das empresas...

Nos países mais desenvolvidos, a migração de activos do sector primário para o secundário resulta:

- a) Do aumento de produtividade da agricultura, que depende de diversos factores como: a especialização da mão de obra, a mentalidade, a mecanização, a correcta dimensão das terras cultivadas, a organização da empresa agrícola, o investimento de capitais nesse sector...
- b) Da melhoria de rendimento per capita que leva a aumentar a procura de produtos manufacturados de forma mais rápida que a de produtos agrícolas.

Da mesma forma, a migração de activos para o sector terciário resulta do excedente de população activa liberada pelo progresso técnico, nos sectores primário e secundário. (5)

Entre nós, os novos empregos criados na indústria exigem mão de obra qualificada, o que vai criar problemas de integração dos trabalhadores vindos do sector primário. É necessária uma intensa formação profissional, para evitar por um lado, o subemprego e desemprego na agricultura e por outro, a insuficiente mão de obra na indústria. (6)

Se o número de empregos criados pelo sector secundário e terciário não for suficiente para absorver a mão de obra vinda dos campos um destino é certo — a emigração.

## 2.2. Polos de atracção e zonas de ruptura

De 1970 a 75 Santarém e quase todos os distritos do litoral mostram um aumento de população. Apresentam variações superiores à média: Lisboa, Setúbal, Porto e Faro (quadro 6). O despovoamento do interior é um facto. A região da Guarda e Castelo Branco (região 4, segundo o Plano

QUADRO VI

DISTRITOS	População Residente	
	70/75 (variação)	81/70 (variação)
Viana	— 3,8	+ 1,1
Braga	+ 4,1	+14,5
Porto	+ 9,3	+18,7
Aveiro	+ 4,8	+14,9
Vila Real	— 3,1	— 0,8
Bragança	— 4,8	+ 1,9
Viseu	— 1,4	+ 2,5
Guarda	— 6,6	— 2,5
Coimbra	+ 3,0	+10,1
Leiria	+ 3,9	+11,6
Santarém	+ 2,1	+ 6,5
Castelo Branco	— 9,8	— 7,9
Lisboa	+17,4	+29,5
Setúbal	+17,1	+39,5
Portalegre	— 2,6	— 3,1
Évora	0	+ 2,2
Beja	— 6,4	— 8,0
Faro	+ 10,1	+20,9
	a)	b)

Fonte: a) Plano a Médio Prazo — 77/80

b) Censos 81 — resultados preliminares — 2.<sup>a</sup> versão.

à Médio Prazo) mostra uma redução de 8 % na sua população. Trás-os-Montes, reduz a sua população em 3,8 % e o Alentejo em 3,2 %. Mostram-se como polos de atracção os distritos de: Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal e Faro. O factor repulsão exerce-se nos distritos de: Guarda, Beja, Castelo Branco, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu e Portalegre. Como vimos, são estes distritos os mais desfavorecidos na satisfação das necessidades básicas da população.

Observando a coluna respeitante ao período 70/81 podemos verificar que:

a) A deslocação da população para o litoral se mantém, facto esse que contribui para aumentar os desequilíbrios regionais.

b) Existe uma íntima ligação entre os distritos de repulsão e o seu baixo índice de desenvolvimento.

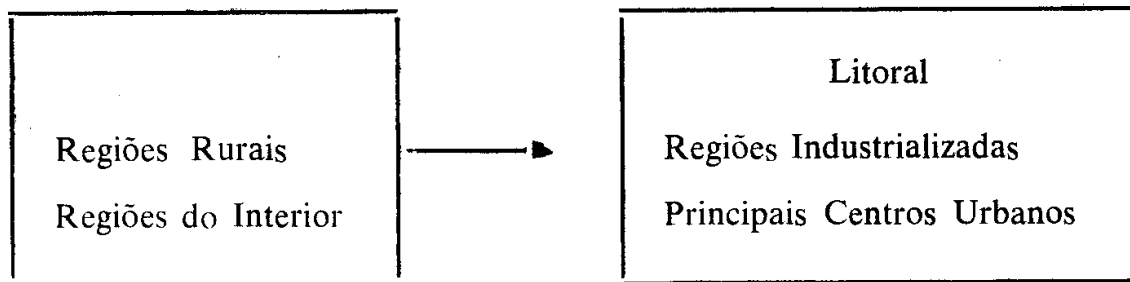
c) Os grandes polos de atracção são as grandes zonas industriais de: Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal.

d) As grandes zonas de repulsão, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja, têm vindo a desertificar-se, principalmente de gente jovem, factor de consequências gravosas no desenvolvimento das regiões — É o grande interior esquecido, mas cada vez menos resignado!

### 2.3. A Região Centro

Em 1970 a maioria dos concelhos desta região apresenta uma perda de população. Sòmente os concelhos do litoral, Estarreja, Ovar, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós, apresentam valores positivos. Os agrupamentos com maiores perdas populacionais são: Arganil e Figueiró dos Vinhos devido a uma grande emigração e a uma migração interna sobretudo para Lisboa (7).

Os movimentos de população nesta zona obedecem à regra geral do continente:



Assim se processa a desertificação das áreas rurais da zona centro: a densidade populacional do litoral é superior a 100 h/Km<sup>2</sup> enquanto os concelhos do interior, especialmente os montanhosos, apresentam den-

sidades inferiores a 50 h/Km<sup>2</sup>. Não esquecer que na zona interior domina o sector primário (54,3%) enquanto que a maior concentração de activos no secundário se faz no litoral.

O êxodo rural é um facto a partir do momento em que as oportunidades de promoção social noutros meios sejam conhecidas das populações rurais.

### 3. A Emigração Portuguesa

#### 3.1 Perspectiva histórica

A emigração, tomada no sentido mais amplo de fluxo demográfico, apresenta-se como uma constante multissecular da história portuguesa que se fixa desde a expansão colonial do séc. XV-XVI (8).

Contudo, um fenómeno de tão longo prazo não pode deixar de assumir formas específicas, em conformidade com a complexa dinâmica económica e social dos espaços envolvidos na repulsa e acolhimento dos emigrantes.

A realidade histórica portuguesa e mundial, em mutação permanente de condições e motivações desde as funduras do séc. XV — soe considerar-se a tomada de Ceuta, em 1415, como o início da diáspora lusa — até aos nossos dias, não poderia deixar de matizar esse secular movimento de «desaninho» gerado na confluência do «sonho individual» e da «atitude colectiva» de matriz sociológica diversa.

Uma linear perspectiva histórica leva-nos a distinguir três fases no processo emigratório português: a do Antigo Regime, colonial e mercantilista; a que se estende ao longo de oitocentos e se prolonga até 1930, sob o signo do capitalismo de «vocação agrária»; e a que decorre a par do processo português de industrialização, já durante a Segunda Guerra Mundial, mas sobretudo na década de 50 na ambiência do boom económico europeu e mundial.

A emigração portuguesa do período colonial, profundamente ligada à expansão, é uma tarefa eminentemente estatal destinada a explorar os recursos das terras descobertas e ou a valorizá-las através do povoamento. Integra-se num projecto imperial mercantilista, cujo fulcro se desloca, em meados do séc. XVI-XVII, do Índico da pimenta para o Atlântico do açúcar e dos escravos.

O Brasil inicia, ao longo do séc. XVII, como um dos polos do comércio triangular que geometriza o Atlântico, continuando no séc. XVIII, com suas reservas de ouro e pedras preciosas, um papel secular de espaço acolhedor daqueles que, com ânimo de cabouqueiro e certo espírito de missão civilizadora, recusam os horizontes acanhados da pátria. O emigrante-colono fixa-se, «como proprietário», no cume de uma sociedade senhorial escl-

vagista gerida em conformidade com os interesses da metrópole, desejosa de produtos coloniais, ou, como especulador, progride no sertão em busca de uma mina afortunada.

No século XIX, na voragem desagregadora do Antigo Regime, desencadeia-se um novo surto emigratório «resultante das distorções do capitalismo dependente» (9).

De facto, a revolução liberal portuguesa, triunfante a partir de 1834, não desencadeou uma distribuição da propriedade fundiária: apenas favoreceu uma pequena elite de desafogados e «agiotas barões» que puderam aproveitar da remissão dos forais e da venda dos bens nacionais. Aos camponeses, sobretudo após o esmagamento da Patuleia (1847) pelos imperialismos estrangeiros conagrados na Quádrupla Aliança, apenas resta a alternativa de trocar o frade pelo nobre ou burguês — o barão —, esse personagem «zebrado» que, na pitoresca expressão de Garrett, «mordeu no frade, devorou-o... e escolheu-nos a nós depois» (10). O avanço do capitalismo no campo, marcado pela crescente apropriação e concentração da propriedade, que a liberdade de tapar, consagrada a partir de 1852, denuncia de forma inequívoca, a implantação de uma evoluída agricultura voltada para produtos de exportação e o crescimento demográfico geram uma mão de obra excedentária que a recorrente frustração do processo de industrialização não consegue absorver. O país transforma-se em «uma vasta granja para exportação: produz e vende vinho, frutas, bois, hortaliça e minerais» (11) e em «um banco» para manipular os capitais estrangeiros carregados pela política fontista dos transportes e pela emigração, sendo «a quase única e em todo o caso principalíssima indústria portuguesa de exportação: a cria de gado humano» (12).

A política de emigração oitocentista situa-se significativamente à margem dos princípios liberais: apresenta uma face repressiva com as brechas indispensáveis à defesa dos interesses das forças em presença. A tolerância do poder em relação à emigração obedece à necessidade de abrir um escape demográfico para evitar a tensão ou o conflito social e conjugar os anseios da burguesia fundiária, esteada numa política de baixos salários agrícolas, com os do Estado, gulosos das remessas para acudir a uma situação cronicamente deficitária, desde as invasões napoleónicas.

O filho do camponês, condenado à proletarização na granja de sumíticos fundiários, com a perspectiva de um serviço militar alongado, decide transpôr o Atlântico em busca da «árvore das patacas» que desde os tempos áureos do Brasil crescia na imaginação popular com força messiânica. Contudo, o sonho desemboca na dura realidade de um trabalho assalariado, quase escravo, em ambiente social hostil, pois o emigrante português aparece como o último abencerragem do passado colonial. É que o Brasil independente, a braços com a crescente escassez de mão de obra escrava, cujo tráfico é proibido desde 1850, embora o último carregamento abique ao Brasil em 1864, procura um sucedâneo para os filhos de África.



Neste novo contexto histórico, a fuga da miséria, reforçada por uma rede de engajadores sem escrúpulos, apoiada por uma política brasileira de captação de mão de obra, precipita o emigrante numa sociedade onde o seu estatuto social se degrada ao ritmo da rareação do escravo — livre, desde 1888, sob o influxo das ideias liberais e do impacto da Guerra de Secessão americana. Em 1863, o vice-consul português no Rio de Janeiro anota que «colonos não existem aqui, no verdadeiro sentido dessa palavra, fora as algumas colónias alemãs» (13), sendo os portugueses, caso dos açorianos, leiloados como escravos nas praças públicas do Brasil antes de 1850 (14).

Apesar da alegada situação privilegiada dos alemães, o governo germânico considera-a desprestigiante, pois proíbe a emigração para o Brasil, em 1859.

Pendemos a crer, com Joel Serrão, que a colonização dá lugar à emigração no momento em que o «emigrante português se vê compelido pelo entrelaçado dos condicionalismos nacional e internacional a ocupar na antiga colónia brasileira os lugares deixados vagos pelos escravos» (15). Contudo, não é fácil definir o momento de convergência dos condicionalismos que pressionam o português a render o escravo. Vejamos:

A independência política do Brasil, em 1822, é um factor importante, mas não pode constituir uma ruptura, pois como afirma Herculano, pondo em evidência uma continuidade social e económica, «o mineiro do século passado converteu-se no brasileiro dos nossos dias... a nossa melhor colónia é o Brasil depois que deixou de ser colónia» (16).

O atraso do capitalismo português, responsável pelo exílio, transportar-nos-ia, pelo menos, aos alvares do séc. XVII, ou seja, à formação das Companhias Comerciais na Holanda e na Inglaterra que, com os seus novos métodos, impõem uma concorrência esmagadora à máquina tentacular do Estado português eixada na ronceira burocracia da Casa da Índia, passando, depois, pela revolução industrial inglesa, instrumento da sua dominação europeia e, em especial, portuguesa. A mudança do estatuto social do emigrante inicia-se a partir do momento em que, após o tratado de 1810 com a Inglaterra, e sobretudo após a independência, o Brasil se esforça por «prover o mercado brasileiro de mão de obra assalariada livre que, pouco a pouco, viesse a substituir o trabalho escravo e a alargar a área agrícola, promovendo o povoamento de zonas incultas» (17).

Cremos, assim, que a transformação do colono em emigrante, com a consequente degradação do seu estatuto social transcorre a par do processo de implantação do capitalismo possível no solo pátrio, cujas balizas podemos situar entre 1832-34, após a Guerra Civil, passando pelo triunfo da Regeneração (1851), «nome português do capitalismo», até à liquidação do morgadio (1863-64) e a publicação do Código Civil (1867), o novo ordenamento jurídico da sociedade portuguesa.

A vaga emigratória transatlântica, sobretudo em direcção ao Brasil não pára — e até se torna alterosa na década de 20 — até 1930, enquanto

as remessas do «brasileiro», enxada pelas distorções do desenvolvimento nacional, resolvem os problemas financeiros do Estado e consolidam o poder de forças sociais ruralistas, as mais avessas a acertar o crescimento português pela hora europeia, única forma de fixar o trabalhador à sua terra.

A crise da economia mundial em 1929-30 e a Segunda Guerra Mundial abrandam o ritmo emigratório que, desde 1820 a 1920, levou ao Brasil cerca de 1 055 154 portugueses (18).

Portugal aproveita o conflito mundial, que reduz a agressividade comercial dos contentores, para avançar no processo de industrialização voltado para a satisfação da procura internacional. Contudo, a ausência de uma reforma agrária, indispensável ao alargamento do mercado interno, volta a indústria portuguesa, à base de produtos ligeiros, para o mercado externo do qual se torna dependente. A nova elite industrialista, apesar dos esforços envidados, não consegue colar-se à Europa. No plano interno instalam-se graves assimetrias de desenvolvimento sectoriais — avanço da indústria sem correspondente na agricultura — e regionais, que acentuam a dependência externa e exacerbam a corrente emigratória. (19)

A emigração do pós guerra vai assumir uma nova feição: o rumo escolhido é a Europa transpirenaica, em acelerado crescimento económico apoiado nos benefícios do Plano Marshall e da integração; ocorre a incidência de factores sócio-políticos repulsores, como a guerra colonial, e um modelo de industrialização (com base numa política de baixos salários que, comparados com os da Europa do Mercado Comum, se tornam escandalosos) responsável pelo exílio de trabalhadores de todos os sectores de actividade.

Não deixa de ser significativo que nesta fase certos países, como a Alemanha, fornecedores de mão de obra no século XIX, se tenham tornado acolhedores de portugueses, e não só, destinados a desempenhar, como ontem no Brasil, as tarefas mais humildes. Este facto põe a descoberto a especificidade da emigração portuguesa: a sua íntima conexão com o atávico subdesenvolvimento.

A década de 60 despeja na Europa uma vaga sem precedentes de «pátria sem nada» na qual tropeça o poeta:

Vi minha pátria derramada  
na gare de Austerlitz. Eram cestos  
e cestos pelo chão.  
Pedacos do meu país.  
Restos.  
Braços.  
Minha Pátria sem nada  
sem nada  
despejada nas ruas de Paris (20)

Esses jovens «duros e estóicos, cerne de uma Nação que se dá ao luxo de os dispensar» (21) representam entre 1855 e 1970, cerca de 4 000 000 — mais de 3 100 000 sem retorno — exactamente a população do continente e ilhas em meados de oitocentos (1855). (22)

À laia de conclusão, somos levados a pensar que, apesar das suas variações, em função dos condicionalismos históricos, o fenómeno emigratório impõe-se como uma constante estrutural, enquanto produzido pelas condições económicas e sociais que, ao longo da história portuguesa, talvez mesmo desde o séc. XVIII, nunca o dispensaram como «corretor demográfico, económico, mas também financeiro, ou seja o suporte real do crescente ultrapassamento das exportações pelas importações». (23)

## 2.2 Emigração e Assimetrias de Desenvolvimento

«As correntes migratórias contemporâneas provêm principalmente de regiões pouco desenvolvidas e dirigem-se essencialmente para regiões industrializadas e submetidas a um processo de terciarização bastante avançado».

L' O. C. D. E. et les Migrations  
Internacionales, O. C. D. E.

### 3.2.1 Países de atracção

O fenómeno migratório contemporâneo é complexo e por isso sujeito a diversas causas. Não deixa, no entanto, de ser preponderante o facto de existirem disparidades de desenvolvimento entre os países de atracção e os fornecedores de mão de obra.

Constituem países de atracção aqueles que, apresentando um grau de desenvolvimento superior ao do país de emigração, precisam para atingir esse estágio de captar mão de obra, necessariamente menos exigente que a sua em matéria de salários e condições de vida. (24)

Nos anos cinquenta o capitalismo europeu entra num período áureo. A falta de mão de obra na agricultura, nas minas, na construção civil... aconselha uma política de captação de imigrantes. Neste período aparecem como grandes exportadores de mão de obra Portugal, Espanha e a Grécia. Os países europeus tornam-se, assim, polos de atracção não só pelas possibilidades de emprego que oferecem, mas também pelos salários e condições de vida muito superiores aos existentes em Portugal.

A partir de 63-64 a emigração europeia começa a ganhar preponderância sobre a de outros continentes. A nossa emigração transoceânica vai-se

sucessivamente transformando em europeia. A Europa é um imenso polo de atracção (quadro 7).

A partir de 73/74 com a recessão europeia e consequente travagem da emigração, adquire de novo importância o fluxo demográfico transoceânico.

### 3.2.2. As regiões fornecedoras de mão de obra

«...Portanto retenhamos a certeza de que há cerca de um século se emigrava já de todo o país, embora o predomínio incontestável de saídas pertencesse, então, ao Noroeste...

Joel Serrão, A Emigração Portuguesa,  
Livros Horizonte

Os anos sessenta dão-nos uma característica da emigração de autêntico êxodo. Entre 1960 e 70 a população metropolitana diminui em 2 % — este o grande impacto do imenso fluxo migratório na nossa estrutura demográfica. (25)

Há distritos com grande redução populacional como: Bragança, Guarda, Portalegre, Évora, Beja, Castelo Branco e Vila Real. Os distritos com variação positiva são: Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e Braga.

A emigração deixa de provir apenas de meios rurais: alastra a todos os distritos mesmo aos da faixa litoral e mais industrializados. Os trabalhadores emigrantes já não são só os que não têm preparação profissional. Emigram também os trabalhadores mais qualificados, do sector secundário e terciário que vão encontrar emprego na Europa em expansão. A «nova emigração» é composta por trabalhadores de todos os sectores de actividade (quadro 8).

Os distritos mais industrializados não têm o desenvolvimento suficiente para poderem absorver e fixar a população migrante recebida de outros distritos, «despejando» fatalmente para o estrangeiro grande parte da sua população, que num esforço derradeiro tenta atravessar a fronteira para encontrar melhores condições de vida.

Se agruparmos os distritos com frequência emigratória superior à do Continente: Aveiro, Braga, Faro, Guarda, Leiria, Beja, Bragança, Castelo Branco, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, (quadro 9) — encontramos, além de distritos basicamente agrícolas e do interior, alguns industrializados e do litoral.

A Europa industrializada em expansão é um imenso campo de atracção para a nossa mão de obra oriunda de todos os sectores, com grande representação do sector secundário (gráfico 2).

QUADRO VII

Movimentos emigratórios Intra-Europeu e Transoceânico. 1950 a 1975.  
Percentagens

ANOS	EUROPA		OUTROS CONTINENTES		TOTAL
	Emigrantes	%	Emigrantes	%	
1950 .....	401	1,8	21 491	98,2	21 892
1951 .....	323	1,0	33 341	99,0	33 664
1952 .....	474	1,0	46 544	99,0	47 018
1953 .....	660	1,7	39 026	98,3	39 686
1954 .....	777	1,9	40 234	98,1	41 011
1955 .....	1 106	3,7	28 690	96,3	29 796
1956 .....	945	3,5	26 072	96,5	27 017
1957 .....	3 206	9,1	32 150	90,9	35 356
1958 .....	4 823	14,2	29 207	85,8	34 030
1959 .....	3 678	11,0	29 780	89,0	33 458
	16 393	4,8	326 535	95,2	342 928
1960 .....	3 805	11,7	28 513	88,3	32 318
1961 .....	6 027	17,9	27 499	82,1	33 526
1962 .....	9 163	27,3	24 376	72,7	33 539
1963 .....	17 099	43,2	22 240	56,8	39 519
1964 .....	38 414	69,0	17 232	31,0	55 646
1965 .....	71 499	80,3	17 557	19,7	89 056
1966 .....	86 973	72,3	33 266	27,7	120 239
1967 .....	63 918	69,0	28 584	31,0	92 502
1968 .....	53 438	68,4	27 014	31,6	80 452
1969 .....	42 782	60,9	27 383	39,1	70 165
	393 118	60,8	253 844	39,2	646 962
1970 .....	43 701	65,8	22 659	34,2	66 360
1971 .....	28 438	56,4	21 962	43,6	50 400
1972 .....	33 962	62,8	20 122	37,2	54 084
1973 .....	57 426	72,2	22 091	27,8	79 517
1974 .....	17 575	40,5	25 822	59,5	43 397
1975 .....	5 507	22,2	19 304	77,8	24 811
	186 609	58,6	131 960	41,4	318 569
TOTAL GERAL ...	596 120	45,6	712 339	54,4	1 308 459

Fonte: Boletim anual (1975) da Secretaria de Estado da Emigração

QUADRO VIII

Emigrantes de 10 e mais anos de idade, segundo as condições perante o trabalho, desde 1955

ANOS	COM ACTIVIDADE ECONÓMICA						Sem Actividade Económica		TOTAL
	Primárias		Secundárias		Terciárias				
	Emig.	%	Emig.	%	Emig.	%	Emig.	%	Emig.
1955	7 660	31,9	4 387	18,3	2 476	10,3	9 457	39,5	23 980
1956	6 999	32,3	3 012	13,9	2 454	11,3	9 210	42,5	21 675
1957	11 544	38,5	4 650	15,5	3 208	10,6	10 610	35,4	30 012
1958	9 315	33,0	5 091	18,1	2 955	10,5	10 846	38,4	28 207
1959	8 116	31,4	3 105	12,0	2 355	9,2	12 302	47,4	25 878
	43 634	33,6	20 245	15,6	13 448	10,4	52 425	40,4	129 752
1960	8 235	32,9	2 763	11,1	1 854	7,4	12 176	48,6	25 028
1961	9 209	33,5	3 963	14,5	2 323	8,4	11 968	43,6	27 463
1962	8 273	30,0	5 017	18,2	2 350	8,5	11 951	43,3	27 591
1963	9 289	28,2	9 024	27,3	2 232	6,8	12 449	37,7	32 994
1964	13 733	28,4	15 005	31,1	3 378	7,0	16 172	33,5	48 288
1965	19 402	25,8	22 709	30,2	5 788	7,7	27 253	36,3	75 152
1966	26 676	27,2	21 711	22,2	6 274	6,4	43 064	44,2	97 725
1967	17 549	24,9	10 233	14,5	3 159	4,5	39 626	56,1	70 567
1968	12 504	20,9	5 494	9,2	3 002	5,0	38 728	64,9	59 728
1969	15 860	27,8	9 989	17,6	4 179	7,3	27 012	47,3	57 040
	140 730	27,0	105 908	20,3	34 539	6,6	240 399	46,1	521 576
1970	14 674	25,5	16 714	29,0	5 201	9,0	20 998	36,5	57 587
1971	7 729	19,2	9 694	24,1	3 817	9,5	19 020	47,2	40 260
1972	6 808	16,2	10 789	25,7	3 665	8,7	20 779	49,4	42 041
1973	10 591	15,9	24 319	36,5	7 319	11,0	24 461	36,6	66 690
1974	4 565	14,4	6 846	21,6	2 074	6,5	18 213	57,5	31 698
	44 367	18,6	68 362	28,7	22 076	9,3	103 471	43,4	238 276
1975	2 354	13,0	2 840	15,6	1 948	10,7	11 030	60,7	18 172
TOTAL GERAL	231 085	25,5	197 355	21,7	72 011	7,9	407 325	44,9	907 776

NOTA: 1955-1963, emigrantes maiores de 12 anos

Fonte: Boletim anual (1975) da Secretaria de Estado da Emigração

QUADRO IX

Emigração Legal e População Residente. Frequência  
Emigratória: 1960 a 1977

Distritos de Residência	População Residente (a) Milhares	Emigração (Média anual)	Frequência Emigratória (emigrantes por 1000 hab.)
Continente	9 245,8	50 017	5,4
Aveiro	630,2	4 179	6,6
Beja	189,3	1 051	5,6
Braga	703,8	5 073	7,2
Bragança	196,2	1 751	8,9
Castelo Branco	246,5	2 470	10,0
Coimbra	436,7	2 051	4,7
Évora	178,8	380	2,1
Faro	309,3	2 032	6,5
Guarda	218,9	2 717	12,4
Leiria	412,0	4 631	11,2
Lisboa	1 986,7	6 202	3,1
Portalegre	141,1	245	1,7
Porto	1 548,3	5 263	3,4
Santarém	461,1	2 250	4,8
Setúbal	602,3	1 437	2,3
Viana do Castelo	260,2	2 740	10,5
Vila Real	287,8	2 455	8,3
Viseu	433,6	3 020	6,9

(a) — Média calculada com base nos dados fornecidos pelo I. N. E. relativamente à população residente em 31/12/77.

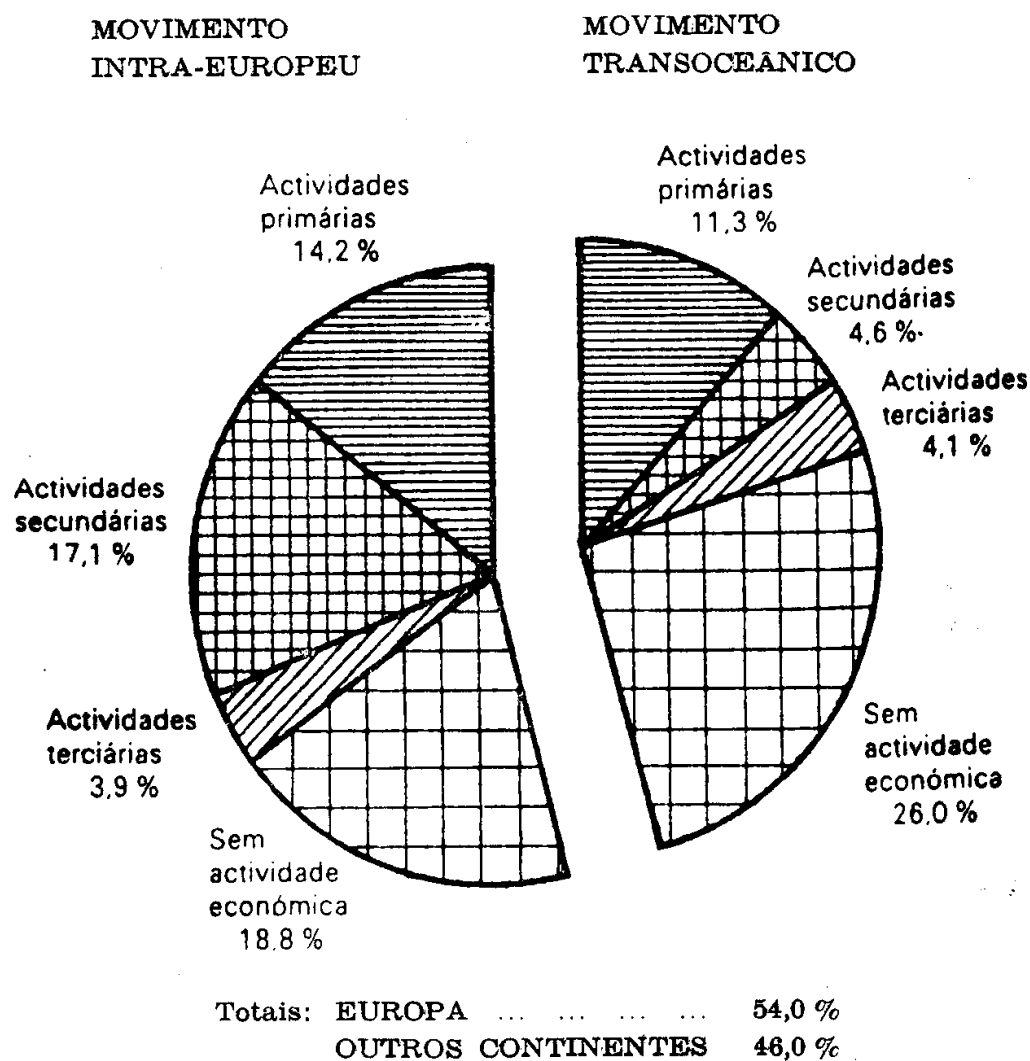
(b) — Os dados relativos a 1976 e 1977 são provisórios.

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

## GRAFICO II

Emigrantes de 10 e mais anos segundo as condições perante o trabalho

Movimento Intra-Europeu e Transoceânico, de 1955 a 1975  
(percentagens médias)



Fonte: Secretaria de Estado da Emigração, Boletim Anual — 1975



As nossas regiões mais industrializadas entram em concorrência com os vários países europeus e não podem deixar de perder, forçando à saída do país o seu mais precioso factor de produção — o homem.

### 3.2.3. A Região Centro

Observemos o quadro 10

Várias conclusões importantes podemos tirar da observação estatística:

- a) A grande emigração no período 60/75;
- b) Os agrupamentos de: Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos; Leiria, Batalha, Marinha Grande, Porto de Mós e Pombal; Viseu, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Castro Daire, Sátão e Vila Nova de Paiva são especialmente importantes no número de emigrantes que fornecem;
- c) Os concelhos mais representativos dentro do fluxo migratório são: Covilhã, Fundão, Cantanhede, Leiria, Pombal, Guarda, Sabugal e Viseu.

Tentemos uma análise mais completa destes concelhos:

*Covilhã:* com uma relação P. I. B. agrícola/P. I. B. total igual a 10,9 % e 52,5 % da sua população activa empregue no sector secundário (26) é um concelho essencialmente industrial.

*Fundão:* com uma relação P. I. B. agrícola/P. I. B. total igual a 48,2 % e 56,3 % da sua população activa empregue no sector primário (27) é um concelho essencialmente agrícola.

*Cantanhede:* Com uma relação P. I. B. agrícola/P. I. B. total igual a 62,4 % e 60,17 % da sua população activa empregue no sector primário (28) é também um concelho essencialmente agrícola.

*Leiria:* Com uma relação P. I. B. agrícola/P. I. B. total igual a 11,4 % e a seguinte repartição da população activa (29).

Repartição da Pop. Activa — 1970 %		
sector primário	sector secundário	sector terciário
39,8	31,7	28,5

QUADRO X

	Emigração Legal 1960/75	<i>P. I. B. Agrícola</i>
		<i>P. I. B. Total</i> 1970
Aveiro	4 834	4,5
Estarreja	4 518	2,5
Ílhavo	4 998	20,4
Murtosa	3 863	51,3
Ovar	3 100	16,1
Vagos	4 730	77,9
<i>Total Agrupamento</i>	<i>26 045</i>	<i>7,3</i>
Águeda	3 338	20,0
Anadia	4 099	41,5
Albergaria-a-Velha	2 266	18,7
Oliveira do Bairro	3 041	57,7
Sever do Vouga	2 353	53,5
<i>Total Agrupamento</i>	<i>15 097</i>	<i>29,8</i>
Covilhã	11 836	10,9
Belmonte	1 764	58,7
Fundão	9 053	48,2
<i>Total Agrupamento</i>	<i>22 653</i>	<i>20,0</i>
Arganil	459	49,2
Góis	171	40,2
Pampilhosa da Serra	912	80,1
Tábua	553	64,8
<i>Total Agrupamento</i>	<i>2 095</i>	<i>56,9</i>
Coimbra	3 447	5,7
Condeixa-a-Nova	995	52,8
Cantanhede	6 588	62,4
Mealhada	1 424	36,1
Penacova	2 453	60,3
<i>Total Agrupamento</i>	<i>14 907</i>	<i>18,3</i>
Lousã	1 210	18,9
Miranda do Corvo	475	53,3
Penela	579	72,5
Poiões	736	45,1
<i>Total Agrupamento</i>	<i>3 000</i>	<i>37,9</i>

	Emigração Legal 1960/75	<i>P. I. B. Agrícola</i> P. I. B. Total 1970
Figueira da Foz	4 959	4,5
Mira	2 359	66,2
Montemor-o-Velho	749	72,5
Soure	2 232	52,2
<i>Total Agrupamento</i>	<i>10 299</i>	<i>12,8</i>
Leiria	16 940	11,4
Batalha	3 719	64,2
Marinha Grande	3 772	6,6
Porto de Mós	5 013	19,3
Pombal	17 124	56,0
<i>Total Agrupamento</i>	<i>46 568</i>	<i>17,5</i>
Figueiró dos Vinhos	927	56,0
Ansião	2 447	33,1
Alvaiázere	1 758	72,2
Castanheira de Pêra	188	11,6
Pedrógão Grande	613	43,3
<i>Total Agrupamento</i>	<i>5 933</i>	<i>42,6</i>
Guarda	7 135	32,9
Manteigas	385	38,8
Sabugal	9 732	68,8
<i>Total Agrupamento</i>	<i>17 252</i>	<i>42,8</i>
Pinhel	2 628	69,9
Almeida	3 032	52,2
Fig. Castelo Rodrigo	1 521	64,3
<i>Total Agrupamento</i>	<i>7 181</i>	<i>62,3</i>
Seia	2 834	34,0
Gouveia	3 391	33,0
Oliveira do Hospital	1 300	40,0
Fornos de Algodres	1 092	59,0
<i>Total Agrupamento</i>	<i>8 617</i>	<i>36,8</i>

	Emigração Legal 1960/75	<i>P. I. B. Agrícola</i> P. I. B. Total 1970
Trancoso	2 803	70,0
Celorico da Beira	2 313	69,7
Aguiar da Beira	1 365	69,8
Mêda	1 679	65,8
<i>Total Agrupamento</i>	<i>8 160</i>	<i>69,0</i>
Viseu	10 060	28,0
Nelas	2 342	4,0
Mangualde	3 247	43,6
Penalva do Castelo	2 224	72,2
Castro Daire	1 901	77,5
Satão	2 211	65,4
Vila Nova de Paiva	2 001	79,7
<i>Total Agrupamento</i>	<i>23 986</i>	<i>17,4</i>
S. Pedro do Sul	1 811	67,3
Oliveira de Frades	709	81,9
Vouzela	847	83,7
<i>Total Agrupamento</i>	<i>3 367</i>	<i>76,9</i>
Tondela	3 738	69,0
Carregal do Sal	1 980	60,2
Santa Comba Dão	1 361	56,7
Mortágua	2 563	70,8
<i>Total Agrupamento</i>	<i>9 642</i>	<i>67,8</i>
Total Região	224 802	21,0
Total do Continente	n. d.	16,2

Fonte: Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento,  
Comissão de Coordenação da Região Centro

É um concelho fundamentalmente voltado para as actividades secundárias e terciárias

*Pombal:* Com uma relação P. I. B. agrícola / P. I. B. total igual a 56,0 % e 67,2 % da sua população activa empregue no sector primário (30) é um concelho essencialmente agrícola.

*Guarda:* Com uma relação P. I. B. agrícola / P. I. B. total igual a 32,9 % e a seguinte repartição da população activa (31).

Repartição da Pop. Activa — 1970 %		
sector primário	sector secundário	sector terciário
50	20,4	29,6

Neste concelho a relação entre a mão de obra empregue no sector primário e a produtividade agrícola aponta no sentido do fluxo migratório ser constituído especialmente pela mão de obra excedentária no campo.

*Sabugal:* Com 68,8 % na relação P. I. B. agrícola / P. I. B. total e 73,7 % da sua população activa empregue no sector primário (32) é um concelho predominantemente agrícola.

*Viseu:* Essencialmente voltado para os sectores secundário e terciário, já que apresenta os seguintes números: P. I. B. agrícola / P. I. B. total = 28,0 %.

Repartição da Pop. Activa — 1970 %		
sector primário	sector secundário	sector terciário
43,4	20,1	36,5

(33)

Podemos finalmente concluir que a região centro não constitui excepção em relação ao resto do país: os seus concelhos agrícolas e industriais participam na vaga emigratória que, além fronteiras, persegue a esperança de melhores dias.

#### 4. Incidências da Emigração

«...quem ficava, repita-se, ficava agarrado ao silêncio acen-  
tuado nos campos, nas ruas, nas casas, silêncio tão actual;  
cada vez mais a região, e como ela o país, vivia (mal) de um  
dinheiro sem contrapartida na produção, esta deixada lá fora;  
era portanto dinheiro ruinoso a médio prazo, que entrava  
depois de muita volta; vinha pelos bancos, a maioria, essas  
instituições grassando ali para cima, Nordeste dentro, com  
carros transformados em Agências móveis, idos às aldeias  
a fazer pagamentos às mulheres dos emigrantes, que largavam  
e largam os burros, o trabalho, frente aos velhos e às crianças  
de olhos abertos».

*Modesto Navarro, Emigração e Crise no Nordeste  
Transmontano, Prelo*

##### 4.1. Emigração e desenvolvimento regional

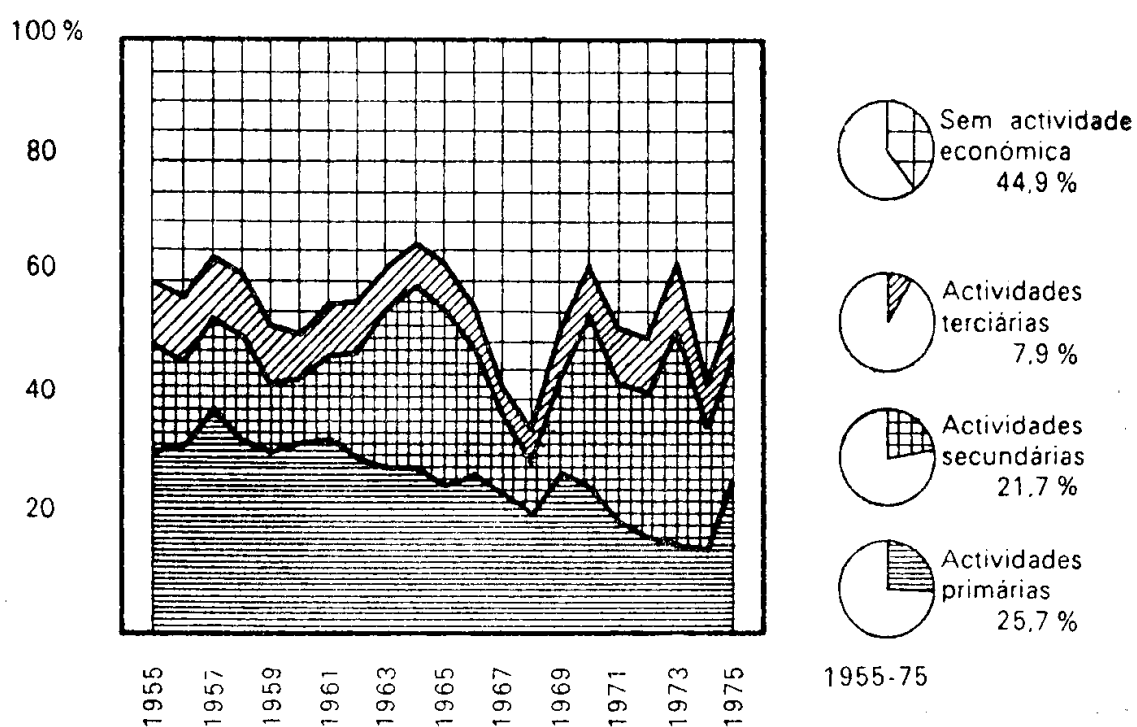
A emigração, aos níveis que se tem situado ao longo de toda a história portuguesa, deve ser considerada como um obstáculo ao desenvolvimento regional (34), fundamentalmente por duas razões: sangria da população activa (gráfico 3) e envelhecimento da população.

A população que abandona o país situa-se nos grupos etários mais jovens (quadro 11) — até aos 14 anos, que partem com as famílias, e dos 20 aos 34, aqueles que estão em plena pujança física e mental — facto que compromete, o futuro e o presente sobretudo das regiões fornecedoras de mão de obra. A fuga dos elementos mais ousados, dinâmicos e empreendedores da sociedade fere gravemente não só as suas energias vitais mas também o sentido da inovação e da mudança, factores indispensáveis ao desenvolvimento, dando lugar à tradição e à rotina; enfim a nação empobrece tornando mais difícil a solidariedade social, factor indispensável de progresso e sobrevivência nacional.

A zona centro constitui um exemplo flagrante do envelhecimento da população. Em todos os agrupamentos de concelhos (gráfico 4) predomina, em alguns de forma notória, o estrato etário dos 35-64 anos, sendo numerosos os concelhos em que o coeficiente de dependência — desequilíbrio entre a população que produz e aquela que não pode produzir — é superior a 65 %. Apenas 10 se situam abaixo dos 60 % — sintoma flagrante do envelhecimento da população, facto que compromete o futuro e o presente em termos demográficos.

### GRAFICO III

Emigrantes, segundo as condições perante o trabalho,  
desde 1955. Percentagens



Fonte: Secretaria de Estado da Emigração, Boletim Anual — 1975

# QUADRO XI

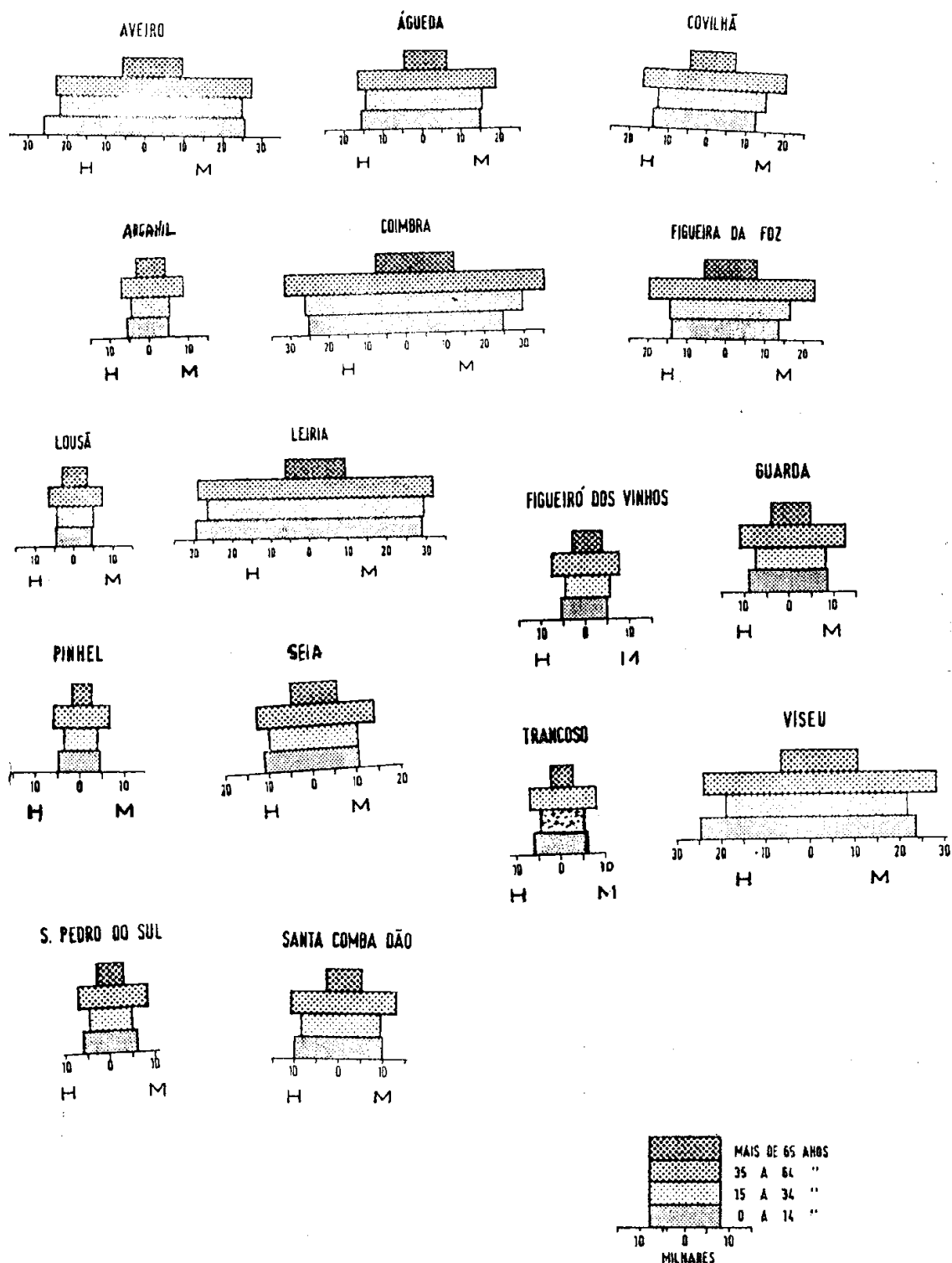
Emigrantes, segundo o sexo e grupos etários (1960-1975)

ETÁRIOS GRUPOS	ATÉ 14 ANOS		15 — 19		20 — 34		35 — 64		65 E MAIS		T O T A I S		
ANOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	RM
1960	4 942	4 170	3 413	1 507	5 739	5 755	3 320	3 103	117	252	17 531	14 787	32 316
1961	4 242	3 682	5 170	1 690	6 468	5 171	3 355	3 049	155	344	19 590	13 936	33 526
1962	4 240	3 580	5 514	1 654	5 566	5 124	4 348	2 993	135	345	19 843	13 696	33 539
1963	4 477	3 938	6 100	1 679	8 029	5 143	6 335	3 270	207	340	25 149	14 370	39 519
1964	5 686	5 014	4 701	1 683	15 623	6 413	12 355	3 229	194	308	38 559	17 087	55 646
1965	9 877	9 045	4 104	2 428	28 172	11 962	16 797	6 131	189	351	59 139	29 917	89 056
1966	16 126	14 584	5 631	4 069	29 937	18 795	20 265	10 040	275	517	72 234	48 005	120 239
1967	15 951	14 119	4 737	4 113	15 289	16 473	11 841	9 132	299	548	48 117	44 385	92 502
1968	15 299	13 533	3 164	3 977	10 301	15 773	8 289	9 134	360	632	37 413	43 039	80 452
1969	9 986	8 943	1 670	3 175	17 627	10 610	10 877	6 351	345	581	40 505	29 660	70 165
1970	6 620	5 747	546	2 598	22 401	9 443	13 493	4 819	272	421	43 332	23 028	66 360
1971	7 718	6 757	695	2 303	13 271	7 779	7 322	3 979	219	357	29 225	21 175	50 400
1972	8 949	8 002	1 059	2 608	15 031	8 586	5 377	4 012	169	291	30 585	23 499	54 084
1973	9 785	8 528	1 173	3 319	30 872	11 011	9 527	4 647	203	352	51 660	27 857	79 517
1974	8 916	7 942	1 241	2 330	8 411	6 603	3 587	3 838	202	327	22 357	21 040	43 397
1975	4 972	4 746	681	1 456	4 208	3 482	2 217	2 555	209	285	12 287	12 524	24 811
TOTAL	137 786	122 330	49 599	40 589	236 945	149 063	139 605	90 772	3 590	6 251	567 526	398 005	965 531

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração



**GRAFICO IV**  
**Pirâmides de Idades dos agrupamentos de concelhos**  
**(1970)**



Fonte: Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento,  
 Comissão de Coordenação da Região Centro

#### 4.2. O papel das remessas no processo de desenvolvimento

O custo demográfico e económico da emigração não é de forma alguma compensado pelo papel financeiro atribuído às remessas. Estas têm desempenhado um efeito favorável sobre a balança de pagamentos acudindo desde longa data ao saldo patologicamente negativo da nossa balança comercial, cujo desequilíbrio remonta aos princípios do século XIX.

O contributo das remessas para o equilíbrio das finanças portuguesas tem sido frequentemente exaltado por políticos e economistas desde Rodrigues de Freitas até Salazar passando por Oliveira Martins (35). Se podemos considerar as remessas um benefício financeiro, elas têm-se tornado um custo ao serem convertidas numa procura adicional de bens e serviços não compensada pela oferta, gerando assim, tensões inflacionistas. Todas as soluções adoptadas para controlo da inflação correm o risco de aumentar as desigualdades, consideradas «a mola da inflação» (36). É que, continua Galbraith «a consequência da inflação é uma distribuição de rendimentos totalmente injusta (37).

Ora, sendo a repartição de rendimentos uma peça fundamental do desenvolvimento, urge torná-la o mais igualitária possível como forma de promover e evitar a sangria demográfica que, ao longo dos tempos, se transformou, pela via das remessas, no apoio financeiro do Estado, que, dominado por forças retrógradas, apenas retoricamente se interessa pelas «pedras vivas da nação.

De facto, as transferências das poupanças dos nossos compatriotas não têm sido investidas nas suas regiões de origem, facto que reforça os desequilíbrios regionais. Toda a política de investimentos das remessas deve ser inserida numa política de desenvolvimento regional (38). A ausência de uma política de regionalização da poupança e do investimento tem levado a que as remessas sejam canalizadas para polos de desenvolvimento concentrados em regiões já privilegiadas, não deixando às zonas de emigração outra alternativa que não seja continuar a fabricar mão de obra para exportação.

Um grupo de trabalho da O. C. D. E. debruçando-se sobre as migrações propõe um novo tipo de relações entre os países tradicionalmente acolhedores e os fornecedores de mão de obra. Para que a emigração deixe de ser uma necessidade aconselha uma cooperação efectiva com os países de emigração nos domínios da formação profissional, da gestão de empresas e do investimento. A esta nova perspectiva preside a ideia de que «deverão ser transferidos os capitais em vez dos homens» (39)

Se a política de investimento tem gerado desequilíbrios regionais a sua orientação para sectores incapazes de potenciar a produção nacional agrava a dependência externa e não estanca o fluxo emigratório que alimenta o círculo vicioso.

O impasse do processo de desenvolvimento português perdurará enquanto as assimetrias regionais, autênticas forças de travagem, não forem destruídas.

Não admira que os constituintes de 1976, secundados pela revisão constitucional de Agosto de 1982, num esforço de promover uma nova organização económica do país, tenham exarado no art. 91 (n.º 2) da Constituição da República Portuguesa:

«O Plano deve garantir o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a eficiente utilização das forças produtivas, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português.»

Esta é, sem dúvida, a única via capaz de fixar o homem ao seu torrão natal e promover o desenvolvimento do país. (40)

Aveiro, 7 de Outubro de 1982

## N O T A S

- 1) Jorge Gaspar, Portugal em Mapas e Números, Livros Horizonte.
- 2) Comissão de Coordenação da Região Centro, Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento.
- 3) Jacques Lecaillon et Dimitri Germidis, Inégalité des Revenus et Développement Économique.
- 4) Idem, Ibidem.
- 5) Pierre Salama, O Processo de Subdesenvolvimento, Petrópolis.
- 6) Mário Murteira, Economia do Trabalho, Clássica Editora.
- 7) Comissão de Coordenação da Região Centro, ob. cit.
- 8) Vitorino Magalhães, L'Émigration Portugaise (XV-XX siècles) une constante structurale et les réponses aux changements du monde, in Revista de História Económica e Social, n.º 1, Sá da Costa.
- 9) Miriam Halpern Pereira, A Política Portuguesa de Emigração 1850-1920, Regra do Jogo, Lisboa-Porto.
- 10) Almeida Garrett, Viagens na Minha Terra, Círculo de Leitores.
- 11) Miriam Halpern Pereira, Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico-Portugal na 2.ª metade do séc. XIX, Cosmos.
- 12) Oliveira Martins, Fomento Rural e Emigração, Guimarães Editores.
- 13) Documentos apresentados às Cortes pelo ministro dos Negócios Estrangeiros na sessão legislativa de 1875, sobre a emigração. Relatório consular, Rio de Janeiro, 1875, cit. in Miriam Halpern Pereira, A Política Portuguesa de Emigração — 1850-1920, Regra do Jogo, Lisboa-Porto.
- 14) Miriam Halpern Pereira, A Política Portuguesa de Emigração — 1850-1920, Regra do Jogo.
- 15) Joel Serrão, A Emigração Portuguesa, 2.ª ed., Livros Horizonte.
- 16) Alexandre Herculano, Opúsculos, Tomo IV, cit. in Joel Serrão.
- 17) Miriam Halpern Pereira, A Política Portuguesa de Emigração — 1850-1920, Regra do Jogo.
- 18) Idem, ibidem.
- 19) Miriam Halpern Pereira, Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa, Seara Nova.
- 20) Manuel Alegre, «Portugal em Paris», O Canto e as Armas, cit. in Joel Serrão, Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa, Antologia, Livros Horizonte.
- 21) Fernando Namora, Diálogo em Setembro, cit. in Joel Serrão, Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa, Antologia, Livros Horizonte.
- 22) Vitorino Magalhães Godinho, L'Émigration Portugaise (XV-XX siècles) une constante..., in Revista de História Económica e Social, n.º 1, Sá da Costa.
- 23) José Gentil da Silva, L'Autoconsommation au Portugal (XIV-XV) cit. in Joel Serrão, A Emigração Portuguesa, Livros Horizonte.

- 24) Cedep, A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Internacional, Iniciativas Editoriais.
- 25) Conselho Coordenador da SEDS, Emigração e Despovoamento, Moraes.
- 26) Esta percentagem foi calculada tendo como base a repartição de população activa por sectores (1970) da obra da Comissão de Coordenação da Região Centro, Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento.
- 27) Idem, Ibidem.
- 28) Idem, Ibidem.
- 29) Idem, Ibidem.
- 30) Idem, Ibidem.
- 31) Idem, Ibidem.
- 32) Idem, Ibidem.
- 33) Idem, Ibidem.
- 34) O. C. D. E., L'O. C. D. E. et les Migrations Internationales.
- 35) Miriam Halpern Pereira, A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930, A Regra do Jogo.
- 36) Galbraith, Tudo ou Quase sobre Economia, Publicações Europa América.
- 37) Idem, Ibidem.
- 38) O. C. D. E., L' O. C. D. E. et les Migrations Internationales.
- 39) Idem, Ibidem.
- 40) A autora sente o dever de relevar a colaboração prestada pelo docente José Fernandes de Sousa, licenciado em História, assistente do I. S. C. A. A., nomeadamente no que se refere às incidências históricas deste estudo.